Requerido(s): Vanderly Antônio Luiz Moreira - Secretário Mun. Educação
Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar suposta improbidade administrativa praticada pelo Secretário Municipal de Educação de Redenção ao determinar que servidora pública ocultasse informações relativas à qualidade da merenda escolar
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.3. Processo nº 000911-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA

Origem: 2º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas irregularidades no âmbito do TCM-PA quanto ao pagamento de parcela remuneratória em razão de representação por cargo/função e concessão de Licença Prêmio a Conselheiros nos anos de 2001, 2012, 2013 e 2014.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.4. Processo nº 000689-084/2018

Requerente(s): Leonardo Oliveira Abreu

Requerido(s): Comissão de Licitação de Rondon do Pará - PA

Origem: 1ª PJ de Rondon do Pará

Assunto: Apurar possível irregularidade na etapa de credenciamento no processo licitatório para contratação de serviço de internet da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.5. Processo nº 000111-200/2020

Requerente(s): ANONIMA

Requerido(s): Guarda Municipal de Ananindeua, Município de Ananindeua

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Assunto: Averiguar suposta irregularidade na aplicação de recursos públicos, em relação ao Contrato nº 003/2019-SESDS/PMA, celebrado pela Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social e a Empresa M R Fabricação de Móveis Eireli, para compra de equipamentos e utensílios para cozinha da Guarda Municipal e Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social De Ananindeua/PA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.6. Processo nº 000152-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu/PA

Origem: 5ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar supostas irregularidades em pregão presencial da Prefeitura de Vitória do Xingu.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.7. Processo nº 000001-123/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Para e Município de Santa Luzia do Pará

Requerido(s): Adamor Aires de Oliveira

Origem: PJ de Santa Luzia do Pará

Assunto: Apurar irregularidades em licitação realizada na Prefeitura de Santa Luzia do Pará no ano de 2013.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.8. Processo nº 000848-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Thiago Sisnando da Costa Cabral

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível recebimento indevido de recursos públicos por parte de T. S. C. S. que ocupou o cargo em comissão de assistente de direção do Tribunal de Contas do Estado (...) cuja jornada era no mesmo turno e horário de curso de odontologia no CESUPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.9. Processo nº 000168-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA

Origem: 5ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar licitação na COSANPA para ampliação e melhoria de sistema de abastecimento de água em Altamira.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.10. Processo nº 000281-200/2021

Requerente(s): Alexandre da Costa Lacerda

Requerido(s): Gestora da E.M.E.I.F. Cândida Santos de Souza

Origem: 1º PJ de Ananindeua

Assunto: Averiguar suposto ato de improbidade administrativa, consubstanciado no art. 11, IV, da Lei n.º 8.429, praticado contra os princípios da administração pública, na E.M.E.I.F. Cândida Santos de Souza, tendo como diretora a Sra. Diana Thereza Lavor

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.11. Processo nº 007560-030/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP)

Origem: 4º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar irregularidades no pregão eletrônico para registro de preços do serviço autônomo de água e esgoto de Parauapebas, visando a contratação de pessoa jurídica para a locação de Caminhões Pipa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.12. Processo nº 000306-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves - FCPTN

Origem: 4º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos

Assunto: Apurar possível irregularidade na contratação, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) realizado pela Fundação Cultural do Pará (Edital nº 001/2019), da funcionária Amanda Alves Gonçalves que seria filha da Coordenadora de Gestão de Pessoas do Órgão, a Sra. Elizabeth Cristina Da Rocha Alves.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006 e art. 27, §3º, II da Resolução n.º 007/2019-CPJ, devendo os autos serem encaminhados à PGJ para designação de outro membro do Ministério Público para tomar as providências cabíveis, COM ATRIBUIÇÃO PARA ATUAÇÃO EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

1.1.13. Processo nº 000698-051/2019

Requerente(s): Devair Geralda Reis

Requerido(s): FGS Construtora e Serviços Ltda e Prefeitura Municipal de Rio Maria

Origem: PJ de Rio Maria

Assunto: Verificar suposto uso de maquinário e servidores da prefeitura municipal em obra regularmente licitada a empresa particular.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.14. Processo nº 000014-344/2022

Requerente(s): Milena Da Silva E Silva

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Terra Alta/PA e Secretaria Municipal de Saúde de Terra Alta/PA.

Origem: PJ de Curuçá

Assunto: Apurar suposta violação de direito de servidor público quanto à estabilidade.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, NO MÉRITO manifestou-se pelo NÃO ACOLHIMENTO DA REVISÃO DE ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, considerando que NÃO há elementos pertinentes que demonstrem que o assunto requer continuidade de acompanhamento do Ministério Público.

1.1.15. Processo nº 000535-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Leoni Luis Lopes Negrão

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposta percepção indevida da gratificação do regime de trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (TIDE) por parte de servidor da Universidade do Estado do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselho Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

Itens 1.1.1 a 1.1.15 votaram os seguintes Membros: César Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho (relator), Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo nº 000060-151/2014

Requerente(s): 4ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

Requerido(s): SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa na SEMOB. Item retirado de pauta pelo Conselheiro relator, Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

1.2.2. Processo nº 000660-125/2017